

**EDITAL 50/2025**

**CHAVE DE CORREÇÃO - PROVA ESCRITA**

**AREA: Educação Especial**

**QUESTÃO: (PONTUAÇÃO)**

ITENS DA QUESTÃO	POSSÍVEL RESPOSTA QUANTO AO CONTEÚDO
<p><b>QUESTÃO 01: (2,5 pontos) - Educação Especial/Inclusiva, legislação educacional e formação docente.</b> A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem sido fundamentada em princípios legais, pedagógicos e éticos que redefinem o papel da escola e dos profissionais da educação. Considerando a legislação brasileira vigente e os marcos conceituais da educação inclusiva, analise de que modo a formação docente inicial e continuada se articula à efetivação desses princípios no contexto da Educação Básica.</p>	<p><b><u>Quanto à forma</u></b> O texto deve ser dissertativo, com viés descritivo e argumentativo; deve apresentar posicionamento claro, coerente/coesão e objetivo em relação ao solicitado na questão; deve apresentar conceitos, argumentos e ideias; deve evidenciar as contribuições teóricas, levando em consideração as referências indicadas e outras referências, se assim preferir. De atender as normas ortográficas e gramaticais.</p> <p><b><u>Quanto a conteúdo:</u></b> <b>Conteúdos articulados:</b> (1) Educação Especial/Inclusiva: conceitos, princípios e legislação; (2) Formação docente e mudança no papel dos profissionais da escola; (7) Prática docente e permanência do aluno incluído.</p> <p><b>Chave de resposta (critérios de correção)</b></p> <p>Espera-se que o candidato:</p> <p>- Conceitue Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, destacando princípios como acesso, participação, aprendizagem e permanência (BRASIL, 2008);</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analise o papel da legislação (LDB/1996, Lei nº 13.146/2015, Resolução CNE/CEB nº 2/2001) como garantia de direitos e orientadora das práticas escolares;</li> <li>- Discuta a formação docente como eixo estruturante da inclusão, problematizando a superação de modelos padronizados e medicalizantes (BUENO; MENDES);</li> <li>- Evidencie a necessidade de formação continuada, colaborativa e reflexiva para assegurar práticas pedagógicas inclusivas e permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial;</li> <li>- Apresente exemplos ou reflexões aplicadas ao contexto escolar, com base teórica consistente, ancorada no conceito social de deficiência, que perpassa o referencial teórico proposto no edital.</li> </ul>
<b>QUESTÃO 02: (2,5 pontos) - Estigma, educação anticapacitista e pedagogia diferenciada.</b> O enfrentamento do estigma e das práticas capacitistas na escola é um desafio central para a consolidação da educação inclusiva. A partir dos conceitos de estigma e educação anticapacitista, discuta como a pedagogia diferenciada pode contribuir para a construção de práticas escolares que valorizem a diversidade e promovam a aprendizagem de todos os estudantes.	<p><b><u>Quanto à forma</u></b>        O texto deve ser dissertativo, com viés descritivo e argumentativo; deve apresentar posicionamento claro, coerente/coesão e objetivo em relação ao solicitado na questão; deve apresentar conceitos, argumentos e ideias; deve evidenciar as contribuições teóricas, levando em consideração as referências indicadas e outras referências, se assim preferir. De atender as normas ortográficas e gramaticais.</p> <p><b><u>Quanto a conteúdo:</u></b>  <b>Conteúdos articulados:</b> (3) Estigma e educação escolar: educação anticapacitista; (8) Pedagogia Diferenciada: conceitos, fundamentos e aplicações; (9) Espaços escolares e não escolares na prática docente inclusiva.</p> <p><b><u>Chave de resposta (critérios de correção)</u></b>        Espera-se que o candidato:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresente o conceito de estigma, com base em Goffman, relacionando-o às práticas escolares excludentes;</li> <li>- Discuta os fundamentos da educação anticapacitista, problematizando visões normalizadoras da deficiência;</li> <li>- Explique os princípios da pedagogia diferenciada (PERRENOUD), destacando a adaptação de estratégias, tempos, espaços e percursos de aprendizagem;</li> <li>- Analise como a organização dos espaços escolares e não escolares pode favorecer práticas inclusivas e emancipadoras;</li> <li>- Demonstre compreensão crítica da relação entre diversidade, equidade e justiça social na educação.</li> </ul>
<b>QUESTÃO 03: (2,5 pontos) - Metodologias ativas, ensino colaborativo e práticas inclusivas.</b> As metodologias ativas e o ensino colaborativo têm sido apontados como estratégias potentes para a efetivação da inclusão escolar. Analise de que forma essas abordagens podem contribuir para o atendimento educacional do estudante público-alvo da Educação Especial, considerando a reorganização do trabalho pedagógico e a atuação conjunta entre professores.	<p><b><u>Quanto à forma</u></b>        O texto deve ser dissertativo, com viés descritivo e argumentativo; deve apresentar posicionamento claro, coerente/coesão e objetivo em relação ao solicitado na questão; deve apresentar conceitos, argumentos e ideias; deve evidenciar as contribuições teóricas, levando em consideração as referências indicadas e outras referências, se assim preferir. De atender as normas ortográficas e gramaticais.</p> <p><b><u>Quanto a conteúdo:</u></b>  <b>Conteúdos articulados:</b> (4) Metodologias ativas e estratégias pedagógicas inclusivas, (6) Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar, (7) Prática docente e permanência do aluno incluído</p> <p><b><u>Chave de resposta (critérios de correção)</u></b></p> <p>Espera-se que o candidato:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceitue metodologias ativas, destacando seu potencial para o protagonismo discente e a flexibilização curricular (BACICH; MORAN);</li> <li>- Explique o ensino colaborativo, evidenciando a parceria entre professores da educação comum e da educação especial (FONTES; MENDES et al.);</li> <li>- Analise como essas abordagens favorecem o acesso ao currículo, a participação e a permanência dos estudantes;</li> <li>- Discuta a reorganização do espaço e do trabalho pedagógico como condição para práticas inclusivas efetivas;</li> <li>- Apresente exemplos ou reflexões aplicadas ao contexto escolar, com base teórica consistente.</li> </ul>
<b>QUESTÃO 04: (2,5 pontos) - Atendimento educacional especializado e acesso à educação superior.</b> A Educação Especial também se concretiza em contextos diversos, dentre eles discute-se o acesso e à permanência na educação superior. Analise os desafios e as estratégias para garantir o direito à educação em cursos de graduação, considerando as políticas públicas, a organização institucional e a permanência dos estudantes.	<p><b><u>Quanto à forma</u></b>        O texto deve ser dissertativo, com viés descritivo e argumentativo; deve apresentar posicionamento claro, coerente/coesão e objetivo em relação ao solicitado na questão; deve apresentar conceitos, argumentos e ideias; deve evidenciar as contribuições teóricas, levando em consideração as referências indicadas e outras referências, se assim preferir. De atender as normas ortográficas e gramaticais.</p> <p><b><u>Quanto a conteúdo:</u></b></p> <p><b>Conteúdos articulados:</b> (10) Acesso e permanência na educação superior, (1) Princípios da Educação Especial/Inclusiva.</p> <p><b>Chave de resposta (critérios de correção)</b></p> <p>Espera-se que o candidato:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analise os desafios relacionados ao acesso, à permanência e à conclusão de cursos na educação superior por estudantes com deficiência;</li> <li>- Discuta o papel dos núcleos de acessibilidade, das políticas institucionais e das ações afirmativas;</li> <li>- Relacione esses contextos aos princípios da educação inclusiva e dos direitos humanos;</li> <li>- Demonstre capacidade de articulação entre política pública, prática institucional e justiça educacional.</li> </ul>
--	--

## REFERENCIAS BASE:

ACRE. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE/AC nº 347, de 20 de dezembro de 2023. Estabelece normas para o atendimento educacional especializado na Educação Básica no estado do Acre. Publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.677, 20 dezembro de 2023, p. 34.

ALENCAR, H. F. A; BARBOSA, H.F.; GOMES, R. V. B. Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na Educação Escolar. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook2/TRABALHO\\_EV150\\_MD7\\_SA100\\_ID4942\\_14102021072507.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook2/TRABALHO_EV150_MD7_SA100_ID4942_14102021072507.pdf). Acesso em: 08 mai 2025.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. Autismo, avanços e desafios. Editora Científica Digital. Guarujá, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/livros/livroautismo-avancos-e-desafios-vol2>. Acesso em: 08 mai 2025. BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaactualizada-pl.pdf>. Acesso em: 08 mai 2025. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei9394\\_idbn1.txt](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei9394_idbn1.txt) > Acesso em: 08 mai 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/res2.txt> > Acesso em: 08 mai 2025. Brasil. Ministério da Educação. Classe

hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. / Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC ; SEESP, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>. Acesso em: 08 mai 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 08 mai 2025.

BRASIL. Saberes e Práticas da Inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação/ SEF/SEE. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 1999. BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Disponível em: <http://www.educaciononline.pro.br>. Acesso em: 08 mai 2025.

CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000. CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: Com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FONTES, R.S (2009). Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva. Araraquara/SP: Junqueira&Marin. 2009. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=gbN2DwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=gbN2DwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 08 mai 2025.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e Prática Docente. São Paulo: Cortez, 2021. Edição Kindle.

FREITAS, S. N. (2015). Editorial – Revista Educação Especial. Revista Educação Especial, 28(52), 263–268. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X17974>. . Acesso em: 08 mai 2025.

FREITAS. M.C. O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência; Editora. Cortez. 2016. Saúde.

DARUB, A. K. G. & KOHLS-SANTOS, P. (2021). Inclusão e permanência do estudante com deficiência visual na educação superior: História de vida. Congresos CLABES. Recuperado a partir de <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/3370>

GOFFMAN, E. Estigma: notassobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Zahar, 1989.

JANNUZZI, Gilberta. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Autores Associados, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kVvdYMWXxbLnTsSP7mqSHt/>. Acesso em: 08 mai 2025.

KOHLS-SANTOS, Pricila. Permanência na educação superior: desafios e perspectivas. Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2020. <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/3370> LIMA, Priscila Augusta. Educação Inclusiva e Igualdade Social. São Paulo: Avercamp, 2006.

MARTINS, J.L; COSTA, A.L.O; LIMA, M.A. S; ARAÚJO, N.R. Núcleo de acessibilidade da Universidade Federal do Acre (NAI/UFAC): Organização, Funcionamento e Ações. Anais do X Congresso Nacional de Educação. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV200\\_M\\_D1\\_ID10603\\_TB2292\\_02102024000721.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV200_M_D1_ID10603_TB2292_02102024000721.pdf). Acesso em: 08 mai 2025.

MENDES, S. R. A Formação Continuada de Professores e o Desafio de Romper com os Modelos Padronizados. 25º Reunião da ANPED, 2002. GT 8. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em: 08 mai 2025.

MENDES. E. G; VILARONGA. C.A; ZERBATO. A.P. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EDUFSCar, 2024.

PERRENOUD, Philippe. Pedagogia Diferenciada: das Intenções à Ação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ROSA. Mariana. LUIZ, Karla Garcia BOCK, Geisa Letícia Kempfer (organizadora). Como educar crianças anticapacitistas. [Livro eletrônico] Ilustração: Paloma Santos. 1. Ed. Florianópolis, SC: Ed. das Autoras, 2023. Disponível em: [https://www.udesc.br/arquivos/cead/id\\_cpmenu/4647/livreto\\_v8\\_16915865291588\\_4647\\_1691588551302\\_4647.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/cead/id_cpmenu/4647/livreto_v8_16915865291588_4647_1691588551302_4647.pdf) Acesso em: 08 mai 2025.

#### **A BANCA DEVE OBSERVAR:**

- a) A Coerência entre a correção e o conteúdo contido na prova discursiva;
- b) Deve-se atribuir o peso de cada item;
- c) Padronizar os critérios de correção das questões propostas, a fim de melhor comparar as respostas apresentadas pelos candidatos, bem como para fazer valer os princípios da igualdade, da imparcialidade, da moralidade, da eficiência, da motivação, da razoabilidade e da proporcionalidade.